



Magnaldo acredita que as obras foram superfaturadas para compensar o gasto com comissões.

Delegado vai convocar empreiteiras

BRASÍLIA — A Polícia Federal vai pedir ao STF autorização para quebrar o sigilo bancário de todos os parlamentares e empreiteiras envolvidos no esquema de corrupção da Comissão Mista de Orçamento. Numa linha de investigação paralela à CPI do Orçamento, o DPF

pretende desvendar o fluxo do pagamento de propinas e identificar os integrantes do Executivo que também participaram das liberações irregulares dos recursos.

O pedido de quebra de sigilo bancário será remetido ao STF no fim do mês, quando o delegado requisitar mais prazo para o inquérito. Na primeira fase, o delegado Magnaldo José Nicolau vai analisar a lista de projetos aprovados pelo extinto Ministério da Ação Social. O delegado acredita que as obras envolvidas no esquema de corrupção foram superfaturadas

para que as empreiteiras pudessem compensar o gasto com comissões.

Magnaldo Nicolau decidiu intimar para prestar depoimento o dono da construtora CR Almeida, Cecílio do Rêgo Almeida, que denunciou a cobrança de propinas para liberação de verbas públicas. A Polícia Federal quer saber se o empresário tem informações sobre o envolvimento das construtoras nas irregularidades na Comissão Mista de Orçamento. O delegado já tem indícios de que as empreiteiras tinham intimidade com o esquema de elaboração e liberação dos recursos do Orçamento.



Magnaldo pedirá o fim do sigilo